



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO CJF N. 0 /20

PROCESSO SEI N. 0002940-50.2020.4.90.8000

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DADOS DA EMPRESA

CONTRATADA: (indicar)

CNPJ/MF: (indicar)

ENDEREÇO: (indicar)

TELEFONE: (indicar)

E-MAIL: (indicar)

SIGNATÁRIO EMPRESA: (indicar)- Representante Legal

SIGNATÁRIO CJF: MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS – Secretário-Geral

DADOS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: prestação de serviços de versão do português para o idioma turco/tcheco

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993; em conformidade com as informações constante do Processo SEI n. 0002940-50.2020.4.90.8000

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato

UNIDADE FISCALIZADORA: CECINT/SG



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO CJF N. 0__/20__

que entre si celebram o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a (**inserir nome da CONTRATADA**), para a prestação de serviços de versão do português para o idioma turco/tcheco

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF, órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário-Geral, o Exmo. Juiz Federal **MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**, brasileiro, CPF/MF n. 446.173.212-68, Carteira de Identidade n. 10100393 - SSP/AM, residente em Brasília - DF, e a

(**NOME DA EMPRESA**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 00.000.000/0000-00, estabelecida na (**endereço**), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (sua) (**cargo/função**), o (a) senhor (a) (**nome SIGNATÁRIO**), brasileiro (a), CPF/MF n. 0000 e Carteira de Identidade n. 0000 - SSP/__, residente em (**domicílio**),

celebram o presente contrato, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/199; em conformidade com as informações constantes do Processo SEI n. 0002940-50.2020.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços de versão do português para o idioma turco/tcheco.

1.2 As especificações constantes do termo de referência e da proposta comercial da CONTRATADA fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição. No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Dos serviços

2.1.1 A CONTRATADA verterá para o idioma turco/tcheco os documentos apresentados pelo Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CECINT/SG):

a) no Processo SEI n. 0002818-29.2020.4.90.8000, o Formulário (SEI n. 0142544), Mandado de prisão (SEI n. 0142559), Sentença (SEI n. 0142564), e Decisão extradição (SEI n. 0142569) - todos sigilosos;

ou

a) no Processo SEI n. 0002998-76.2020.4.90.8000, o Formulário (SEI n. 0145777) e o anexo da denúncia (SEI n. 0146690) - todos sigilosos.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

2.1.2 Será encaminhado à CONTRATADA, por meio do e-mail "cecint@cjf.jus.br", os textos a serem vertidos, em formato .docx, .xlsx, .pdf ou em imagem.

2.1.2.1 Os trabalhos deverão ser executados no prazo de 20 (vinte) dias úteis para a versão de turco e 10 (dez) dias úteis para a versão de tcheco.

2.1.2.2 O prazo fixado no item 2.1.2.1 tem início no primeiro dia útil subsequente à disponibilização dos documentos pelo CONTRATANTE; sendo que tal disponibilização ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após a aceitação do trabalho pela CONTRATADA.

2.1.3 A CONTRATADA deverá encaminhar o texto vertido, em formato docx, .xlsx, .pdf ou em imagem, ao CECINT/SG pelo mesmo meio que os tiver recebido, isto é, através do e-mail "cecint@cjf.jus.br", de forma integral e única.

2.1.3.1 O texto final deve respeitar a formatação do texto original, garantindo a similitude entre os documentos.

2.1.3.2 No caso de versão de imagens, esta deve ser feita logo abaixo da figura, em texto editável.

2.2 Do controle de qualidade

2.2.1 O texto vertido receberá o conceito “satisfatório” ou “não satisfatório”, depois de verificada a sua correção em software de revisão de textos em línguas estrangeiras (eg. "language tools").

2.2.2 Será considerado “não satisfatório” se incluir, em qualquer de suas laudas, quatro ou mais erros.

2.2.2.1 Serão considerados erros:

- a) erro de conjugação verbal;
- b) erro de regência verbal e nominal;
- c) erro de concordância verbal e nominal;
- d) erro no uso de pronomes;
- e) uso de falsos cognatos;
- f) uso de palavra e/ou expressão e/ou estrutura gramatical inexistente na norma culta de acordo com a literatura especializada (e.g., dicionários, gramáticas e obras de uso de língua reconhecidas pelas instituições pertinentes, como: Real Academia Espanhola, Academia Brasileira de Letras, Oxford English Dictionary);
- g) erro de ortografia, incluindo a falta de espaçamento entre palavras que deveriam ser escritas separadamente;
- h) nomes próprios e números que tiverem sido erroneamente copiados do texto original;
- i) falta de clareza na frase ou ambiguidade (se o sentido estiver claro no texto original);



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- j) tradução ou versão excessivamente literal (palavra por palavra);
- k) tradução ou versão comprovadamente retirada de alguma ferramenta de tradução da internet;
- l) uso de palavra e/ou frase de sentido diferente da usada no texto original;
- m) erro de sintaxe (ordem das palavras e outros elementos de uma frase);
- n) falta de tradução ou versão de parte do texto original;
- o) escolha incorreta de conjunções;
- p) erro de pontuação;
- q) erro de combinação de palavras (erro de “collocation”);
- r) erro no uso de preposições ou omissão de preposição;
- s) erro no uso de artigos ou omissão de artigo;
- t) escolha de classe morfológica incorreta dentre um grupo de palavras de mesma raiz;
- u) erro no uso de maiúsculas e/ou minúsculas;
- v) adição de texto e/ou palavras não claramente incluídos no original nos casos em que isso não seja necessário para transmissão da ideia original;
- w) uso de termo inadequado no contexto, de acordo com as convenções da língua alvo;
- x) uso de gírias ou regionalismos;
- y) tradução ou versão inadequada de termos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

3.1 O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto nos arts. 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993.

3.2 O CONTRATANTE acusará o recebimento provisório do serviço concluído no prazo de 1 (um) dia útil de seu envio e se manifestará no prazo de até 10 (dez) dias úteis quanto à sua aprovação ou não.

3.3 Será aprovado, em caráter definitivo, o serviço que não apresentar incorreções e estiver em conformidade com as condições do contrato.

3.4 O CONTRATANTE reserva-se ao direito de não aprovar o serviço que contenha incorreções, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar, sem ônus adicionais, os ajustes e complementações indicados pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço prestado, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1 O CONTRATANTE designará, na forma da Lei n. 8.666/1993, art. 67, um servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.2 O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados, diretamente ou por preposto designado.

4.3 A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) atender às ordens de serviço do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) não transferir para outra empresa ou pessoa física, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato;
- h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) confirmar recebimento do trabalho a ser executado;
- j) prestar os serviços com alto padrão de qualidade, observando os parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações de boa técnica, normas e legislação,



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

bem como a fidedignidade dos textos produzidos, não alterando o significado do texto original, fazendo uso de vocabulário preciso;

- k)** entregar devidamente revisado, sem custo adicional, o serviço solicitado;
- l)** responsabilizar-se pelo bom funcionamento do seu correio eletrônico bem como pelo recebimento e entrega dos documentos a serem traduzidos ou vertidos;
- m)** adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;
- n)** manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse dos CONTRATADOS, do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do serviço;
- o)** prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;
- p)** comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- q)** emitir Recibo de Pagamento Autônomo – RPA ou nota fiscal, no caso de pessoa jurídica.

MINUTA

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- b)** exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- c)** designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- d)** atestar as notas fiscais e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- e)** comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços;
- f)** efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

g) emitir nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência deste contrato é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

8.1 O valor total contratado fica estimado em **R\$ 00,00 (por extenso)**, conforme especificado a seguir:

8.2 Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrevogáveis.

8.3 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 8.666/1993, art. 65, §1º.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido – PTRES: 168312, Natureza da Despesa - ND: 33.90.39.05, 33.90.36.06 e 33.91.47.18, Nota de Empenho: ().

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica ou recibo de pagamento de autônomo (RPA).

10.2 A nota fiscal ou RPA deverá ser emitida com número do CNPJ ou CPF qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato pelo e-mail: cecint@cjf.jus.br.

10.2.1 No corpo da nota fiscal ou RPA deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano.

10.2.2 Caso a CONTRATADA seja registrada na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal como profissional autônomo deverá apresentar, junto ao RPA, cópia do comprovante de quitação do Imposto sobre Serviços – ISS autônomo e da respectiva



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Guia de Recolhimento da Previdência Social - GPS, para que não seja efetuada a retenção dos respectivos impostos.

10.3 O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal.

10.4 Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

10.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

10.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

10.6 O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

10.6.1 A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

10.7 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

11.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

11.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

11.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 10% (dez por cento).

12.2 Pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 15% (quinze por cento), sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) suspensão temporária;
- d) declaração de inidoneidade.

12.4 A não manutenção das condições de habilitação da empresa ao longo da execução do contrato, poderá ensejar a sua rescisão unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ainda, a aplicação de multa de 15% (quinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

12.5 A reabilitação, para a penalidade prevista na alínea d do item 12.2, será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de suspensão temporária, se aplicada.

12.6 A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com outras penalidades previstas no contrato ou nos dispositivos legais.

12.7 A inexecução total ou parcial do ajuste poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto neste contrato e nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

12.8 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a respectiva comunicação da penalidade à CONTRATADA.

12.8.1 A critério da autoridade competente do CONTRATANTE, com fundamento nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas, mediante comprovação dos fatos e, desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da CONTRATADA.

12.9 Em caso de aplicação de multa, o valor poderá ser descontado da garantia prestada, se houver, dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ser recolhido ao Tesouro



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, ou cobrado judicialmente, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

12.10 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE

12.11 O CONTRATANTE promoverá o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.,

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

13.2 Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processo de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução objeto não seja afetada e que a sucessora mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993, art.61, parágrafo único, o contrato será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, bem como dos princípios de direito público.

16.3 É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza.

16.4 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

16.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: cecint@cjf.jus.br.

16.5.1 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

SIGNATÁRIO CONTRATADA

MINUTA



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0168077/CJF

1 – OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO: O presente termo de referência tem por objeto a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços de versão do português para os idiomas turco e tcheco.

2 – JUSTIFICATIVAS / FINALIDADES

2.1 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Nos termos da Resolução 531 de 27/03/2019, o Centro de Cooperação Jurídica Internacional - CECINT - tem como atribuição institucional “*promover a tradução de decisões e documentos constantes em procedimento de cooperação internacional regularmente recebidos*”, bem como atender a demanda constante dos Pedidos de Cooperação Jurídica Internacional, que, no caso concreto, são objeto dos Processos SEI ns. :

a) [0002818-29.2020.4.90.8000](#), há necessidade de contratar pessoa física ou jurídica para o serviço de versão do Formulário (SEI nº [0142544](#)), do Mandado de prisão (SEI nº [0142559](#)), da Sentença (SEI nº [0142564](#)) e da Decisão extradição (SEI nº [0142569](#)) - todos sigilosos, do português para o idioma turco;

b) [0002998-76.2020.4.90.8000](#), há necessidade de contratar pessoa física ou jurídica para o serviço de versão do Formulário (SEI nº [0145777](#)) e do anexo da denúncia (SEI nº [0146690](#)), - todos sigilosos, do português para o idioma tcheco.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO A SER CONTRATADO:
O cálculo das laudas considerou a



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

quantidade de caracteres (descontados os espaços em branco) dividido por 1.000 (mil), correspondendo a:

a) processo SEI n. [0002818-29.2020.4.90.8000](#) - 163,13 laudas;

b) Processo SEI n. [0002998-76.2020.4.90.8000](#) - 30,14 laudas.

2.3 DEMAIS JUSTIFICATIVAS: O Edital de Credenciamento n. 2/2019 não fez previsão dos idiomas turco e tcheco.

3 - DETALHAMENTO

3.1 DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1.1. Verter para os idiomas turco e tcheco os documentos apresentados pelo Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CECINT/SG):

a) no Processo SEI n. [0002818-29.2020.4.90.8000](#), o Formulário (SEI nº [0142544](#)), Mandado de prisão (SEI nº [0142559](#)), Sentença (SEI nº [0142564](#)), e Decisão extradição (SEI nº [0142569](#)) - todos sigilosos;

b) no Processo SEI n. [0002998-76.2020.4.90.8000](#), o Formulário (SEI nº [0145777](#)) e o anexo da denúncia (SEI nº [0146690](#)), - todos sigilosos.

3.2 ESPECIFICAÇÕES:

3.2.1. Será encaminhado ao contratado, por meio do e-mail "cecint@cjf.jus.br", os textos a serem vertidos, em formato *.docx*, *.xlsx*, *.pdf* ou em imagem.

3.2.1.1. os trabalhos deverão ser executados no prazo de 20 (vinte) dias úteis para a versão de turco e 10 (dez) dias úteis para a versão de theco.

3.2.1.2. O prazo fixado no item 3.2.1.1 tem início no primeiro dia útil subsequente à disponibilização dos documentos pelo contratante; sendo



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

que tal disponibilização ocorrerá em até dois dias úteis após a aceitação do trabalho pelo contratado.

3.2.2. O contratado deverá encaminhar o texto vertido, em formato *docx*, *xlsx*, *pdf* ou em imagem, ao Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CECINT/SG) pelo mesmo meio que os tiver recebido, isto é, através do e-mail "cecint@cjf.jus.br", de forma integral e única.

3.2.2.1. O texto final deve respeitar a formatação do texto original, garantindo a similitude entre os documentos.

3.2.2.2. No caso de versão de imagens, esta deve ser feita logo abaixo da figura, em texto editável.

3.2.3. O CECINT/SG acusará o recebimento PROVISÓRIO do serviço concluído no prazo de 1 (um) dia útil de seu envio e se manifestará no prazo de até 10 (dez) dias úteis quanto à sua aprovação ou não.

3.2.3.1. Será aprovado, em caráter DEFINITIVO, o serviço que não apresentar incorreções e estiver em conformidade com as condições do contrato.

3.2.4. O CJF reserva-se ao direito de não aprovar o serviço que contenha incorreções, obrigando-se o CONTRATADO a providenciar, sem ônus adicionais, os ajustes e complementações indicados pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.2.5. Cabe ao CONTRATADO, uma vez tendo sido aprovado o serviço, a emissão e o envio da Nota Fiscal (pessoa jurídica) ou do Recibo de Pagamento de Autônomo (pessoa física) para que seja atestada (o) em até 03 dias úteis e, posteriormente, encaminhado para pagamento.

3.3. CONTROLE DE QUALIDADE:

3.3.1. O texto vertido receberá o conceito "satisfatório" ou "não satisfatório", depois de verificada a sua correção em software de revisão de textos em línguas estrangeiras (eg. "language tools").

3.3.2. Será considerado "não satisfatório" se incluir, em qualquer de suas laudas, quatro ou mais erros.

3.3.2.1 Serão considerados erros:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- Erro de conjugação verbal;
- Erro de regência verbal e nominal;
- Erro de concordância verbal e nominal;
- Erro no uso de pronomes;
- Uso de falsos cognatos;
- Uso de palavra e/ou expressão e/ou estrutura gramatical inexistente na norma culta de acordo com a literatura especializada (e.g., dicionários, gramáticas e obras de uso de língua reconhecidas pelas instituições pertinentes, como: Real Academia Espanhola, Academia Brasileira de Letras, Oxford English Dictionary);
- Erro de ortografia, incluindo a falta de espaçamento entre palavras que deveriam ser escritas separadamente;
- Nomes próprios e números que tiverem sido erroneamente copiados do texto original;
- Falta de clareza na frase ou ambiguidade (se o sentido estiver claro no texto original);
- Tradução ou versão excessivamente literal (palavra por palavra);
- Tradução ou versão comprovadamente retirada de alguma ferramenta de tradução da internet;
- Uso de palavra e/ou frase de sentido diferente da usada no texto original;
- Erro de sintaxe (ordem das palavras e outros elementos de uma frase);
- Falta de tradução ou versão de parte do texto original;
- Escolha incorreta de conjunções;
- Erro de pontuação;
- Erro de combinação de palavras (erro de “collocation”);
- Erro no uso de preposições ou omissão de preposição;
- Erro no uso de artigos ou omissão de artigo;
- Escolha de classe morfológica incorreta dentre um grupo de palavras de mesma raiz;
- Erro no uso de maiúsculas e/ou minúsculas;
- Adição de texto e/ou palavras não claramente incluídos no original nos casos em que isso não seja necessário para transmissão da ideia original;
- Uso de termo inadequado no contexto, de acordo com as convenções da língua alvo;
- Uso de gírias ou regionalismos;
- Tradução ou versão inadequada de termos jurídicos;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

4 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. A contratação pretendida será realizada por dispensa de licitação, em razão do valor, nos termos do art. 1º, inciso I, "b", da Lei 14.065/2020 e art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, ou caso a Administração entenda conveniente, realizar o procedimento licitatório mediante o procedimento de cotação eletrônica.

4.2. Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço Global, em lote único.

4.3. o objeto a ser contratado se enquadra na classificação de serviço comum, em atendimento ao disposto no inciso II, do artigo 3º, do decreto n. 10.024/2019, pois seu padrão de desempenho e qualidade pode ser, objetivamente, definido neste Termo de Referência e, por intermédio de especificação usual no mercado.

5 – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MINUTA

5.1 FORMA DE APRESENTAÇÃO:

5.1.1. Pessoa Física:

5.1.1.1. *Curriculum vitae* demonstrando experiência como "tradutor", preferencialmente na área jurídica, na língua objeto deste termo de referência.

5.1.1.2. Atestado(s) de capacidade técnica, preferencialmente em matéria jurídica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por pessoa física, que comprove(m) a execução de serviço(s) de versão ou tradução. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a identificação e dados para contato da pessoa jurídica ou pessoa física atestante;
- uma síntese do(s) serviço(s) prestado(s);
- manifestação acerca da qualidade do(s) serviço(s);
- local, data, nome e assinatura do atestante.

5.1.2. Pessoa Jurídica:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.1.2.1. Histórico dos principais trabalhos e clientes da empresa, demonstrando experiência com versão ou tradução de documentos;

5.1.2.2. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por pessoa física, que comprove(m) a execução de serviço(s) de versão ou tradução. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a identificação e dados para contato da pessoa jurídica ou pessoa física atestante;
- uma síntese do(s) serviço(s) prestado(s);
- manifestação acerca da qualidade do(s) serviço(s);
- local, data, nome e assinatura do atestante.

6 – VALOR REFERENCIAL

6.1. Valor de Referência: R\$42,00 (quarenta e dois reais) a lauda. Tal valor toma como parâmetro o Edital de Credenciamento n. 2/2019-CJF, para serviço de tradução ou versão, que possui o custo por lauda de R\$ 42,00. Ainda o Tribunal de Contas da União, conforme Edital disponível no ID n. [0145255](#), paga para o serviço, dependendo do idioma, o valor entre R\$ 42,00 e R\$ 70,00 a lauda. A Procuradoria Geral da República ([0145320](#)) entre R\$ 35,00 e R\$ 70,00 e a Universidade Federal de Fronteira do Sul ([0145256](#)) contratou serviço por R\$ 37,50.

6.2. Apesar de os Editais do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria Geral da República preverem o pagamento por lauda de até R\$70,00 para idiomas que não são próximos do português, a disponibilidade orçamentária do CECINT não permite que seja prevista uma estimativa maior que R\$42,00 por lauda.

7 – DO PREÇO

7.1. Pelo serviço serão pagos os seguintes valores:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

a) versão para o turco: R\$ 6.851,46 (seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), correspondente a 163,13 laudas x preço lauda.

b) versão para o tcheco: R\$ 1.265,88 (um mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 30,14 laudas x preço lauda.

7.2. Total dos Serviços: R\$ 8.117,34 (oito mil, cento de dezessete reais e trinta e quatro centavos).

7.3. O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias contados a partir de sua assinatura.

8 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Após o envio da Nota Fiscal ou do Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), o pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do CONTRATADO, por ordem bancária, em até 30 dias corridos, contados a partir do envio do documento de cobrança, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido o CONTRATADO.

8.2. Caso o CONTRATADO seja registrado na Secretaria de Fazenda do DF como profissional autônomo, deverá apresentar, junto ao RPA, cópia do comprovante de quitação do Imposto sobre Serviços – ISS autônomo e da respectiva Guia de Recolhimento da Previdência Social - GPS, para que não seja efetuada a retenção dos respectivos impostos.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.4. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o CONTRATADO, haverá incidência de atualização financeira sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS:

9.1.1. Confirmar recebimento do trabalho a ser executado;

9.1.2. Prestar os serviços com alto padrão de qualidade, observando:

a) os parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações de boa técnica, normas e legislação;

b) a fidedignidade dos textos produzidos, não alterando o significado do texto original; fazendo uso de vocabulário preciso.

9.1.3. Entregar devidamente revisado, sem custo adicional, o serviço solicitado;

9.1.4. Cumprir o prazo de execução do serviço;

9.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo bom funcionamento do seu correio eletrônico bem como pelo recebimento e entrega dos documentos a serem traduzidos ou vertidos;

9.1.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

9.1.8. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;

9.1.9. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse dos CONTRATADOS, do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do serviço;

9.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9.1.11. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

9.1.12. Emitir Recibo de Pagamento Autônomo – RPA ou Nota Fiscal, no caso de pessoa jurídica.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.2.1. Emitir Nota de Empenho;

9.2.2. Colocar à disposição dos CONTRATADOS todas as informações necessárias à execução dos serviços;

9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação do serviço, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;

9.2.4. Efetuar o pagamento do serviço realizado.

10 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato a ser firmado será o servidor designado pela Administração, que atuará orientando, fiscalizando e intervindo no interesse da Administração, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes.

11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Pelo atraso e/ou pela inexecução total ou parcial do objeto, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:

- Advertência: poderá ser aplicada sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade dos CONTRATADOS e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- Multa moratória: pelo atraso injustificado, o CJF poderá, garantida a defesa prévia, aplicar aos CONTRATADOS multa no percentual de 0,33 (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor contratado, limitada a 10% de tal valor, sem prejuízo de outras sanções previstas neste termo, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie.
- Multa compensatória: pela inexecução total ou parcial, será aplicada multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- A reabilitação será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.

11.2. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos nos arts. 77 a 80, da Lei n.º. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

12 – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

12.1. Dentre outros aspectos, a contratação visa garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme estabelece o artigo 3º da Lei n. 8.666/93, com a redação dada pela Lei n. 12.349/2010. Por meio do Decreto n. 7.746/2012, o Governo Federal regulamentou esse dispositivo legal estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

12.2. Dentro da mesma perspectiva, O Conselho Nacional de Justiça aprovou a [Resolução n. 201, de 3 de março de 2015](#), atribuiu ao Poder Judiciário nacional um novo patamar no que tange à responsabilidade socioambiental, corroborando o grau de amadurecimento desta temática, inserida no planejamento estratégico do Poder Judiciário. De acordo com os preceitos deste ato normativo, todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão criar unidades ou núcleos socioambientais, estabelecer suas competências e implementar o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

12.3. Desse modo, se for o caso, o contratado deve utilizar práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.

13 – LEGISLAÇÃO BÁSICA APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei Federal 14.065 de 30 de setembro de 2020.

14 – ANEXOS

Segue anexo a este Termo de Referência o Modelo do Termo de Confidencialidade a ser assinado pelo contratado (a).

Marcia Hoffmann

Diretora do Centro de Cooperação Jurídica Internacional

Aprovo, em ____ de _____ de _____.

Identificação e assinatura da autoridade competente

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Eu,(nacionalidade),
(estado civil), (profissão), inscrito(a) no
CPF/ MF sob o nº, abaixo firmado, obrigo-me a manter
absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em
razão da execução dos serviços de versão prestado ao Conselho da Justiça Federal,
submetendo-se às sanções civis, penais e administrativas decorrentes da
divulgação e do uso indevido das informações constantes dos documentos a que
tiver acesso:

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-me de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.